

do Legislativo de 14/09/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 30/8/2005

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Carlos Pimenta, Fahim Sawan e Edson Rezende, membros da Comissão de Saúde. Estão presentes, também, a Deputada Lúcia Pacífico e o Deputado Elmiro Nascimento. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dá a ata por aprovada e solicita aos Srs. Deputados que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater com a classe dos farmacêuticos magistras, dos profissionais de farmácias de manipulação e dos médicos prescritores, a Consulta Pública nº 31, de 15/4/2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor do Estado do Maranhão, e do Presidente da Câmara dos Deputados, publicados no "Diário do Legislativo" de 25/8/2005. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os seguintes convidados: Sr. Antônio Carlos da Costa Bezerra, Gerente-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Anvisa; Sra. Vânia Regina de Sá, representando o Presidente da Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistras - Anfarmag -; Sra. Ângela do Amaral Caldas, representando o Presidente do Conselho Regional de Farmácia; Sr. Rilke Novato Públio, Diretor do Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais; Sra. Renata Leite Maciel, Presidente da Associação dos Farmacêuticos Homeopatas; Sra. Jane Maciel Almeida Baptista, Diretora da Faculdade de Farmácia da UFMG; Sra. Giane Santana Alves Oliveira, Diretora da Divisão de Produtos de Interesse à Saúde do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo; e Sra. Terezinha Póvoa, Diretora da Secretaria Estadual de Vigilância Sanitária, os quais são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2006.

João Leite, Presidente - Neider Moreira.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 28/6/2006

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elbe Brandão e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Corrêa, Sebastião Costa e José Henrique (substituindo este ao Deputado Gilberto Abramo, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e passa à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.333/2006 na forma do Substitutivo nº 1 e 3.193/2006 com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Elbe Brandão); 3.391/2006 com as Emendas nºs 1 a 4 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.081 e 2.900/2005, este na forma do Substitutivo nº 1, e 3.335/2006 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.955/2006 (relatora: Deputada Elbe Brandão, em virtude de redistribuição); 3.037/2006 com a Emenda nº 1 e 3.105 e 3.141/2006, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado José Henrique, em virtude de redistribuição). São aprovados requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência à Secretaria de Planejamento e Gestão os Projetos de Lei nºs 3.370/2006 (relatora: Deputada Elbe Brandão) e 3.389/2006 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à

2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 2.857/2005 e 3.203/2006, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 3.211/2006 com a Emenda nº 1 e 3.379/2006 (relatora: Deputada Elbe Brandão, em virtude de redistribuição). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos em que se solicita sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.240/2003 (relator: Deputado Gilberto Abramo), 3.284/2006 (relator: Deputado Adelmo Carneiro Leão) e 3.404/2006 (relatora: Deputada Elbe Brandão); ao DER-MG os Projetos de Lei nºs 3.378/2006 (relator: Deputado Gilberto Abramo) e 3.392/2006 (relatora: Deputada Elbe Brandão); e à Secretaria de Educação o Projeto de Lei nº 3.384/2006 (relator: Deputado Gustavo Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Paulo Cesar - Gustavo Corrêa - Gilberto Abramo.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 8/8/2006

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Gustavo Corrêa e Paulo Cesar (substituindo este a Deputada Elbe Brandão, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e, a seguir, suspende a reunião, que não é reaberta, por falta de quórum. O Presidente determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2006.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Gilberto Abramo - Maria Olívia - George Hilton.

ATA DA 18ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Administração Pública NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 22/8/2006

Às 15h08min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Gustavo Valadares, Antônio Júlio, Paulo Cesar (substituindo este ao Deputado Dinis Pinheiro, por indicação da Liderança do BPS) e Adelmo Carneiro Leão (substituindo o Deputado Ricardo Duarte, por indicação da Liderança do Bloco PT-PCdoB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Antônio Andrade. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento dos seguintes ofícios, publicados no "Diário do Legislativo" de 19/8/2006: dos moradores do Bairro Everete, em Ribeirão das Neves, do Vereador José Aparecido Ricci, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, e da Sra. Fátua Hamdan de Matos Bayão, Subsecretária de Gestão da Secretaria de Planejamento e Gestão. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.601/2005 e 2.919/2006 (relator: Deputado Fahim Sawan); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 78/2006 (relator: Deputado Fahim Sawan). Durante a discussão do Projeto de Lei nº 2.601/2005 foi apresentada à matéria proposta de emenda do Deputado Antônio Andrade, a qual foi rejeitada pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2006.

Sargento Rodrigues, Presidente - Maria Olívia - João Leite - Doutor Viana.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 29/8/2006

Às 14h45min, comparece no auditório da Prefeitura Municipal de Contagem o Deputado Laudelino Augusto, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, aprova-a e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o processo de implementação da Área de Proteção Ambiental de Várzea das Flores, criada pela Lei nº 16.197, de 26/6/2006. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir a Sra. Marília Campos, Prefeita Municipal de Contagem; os Srs. Valter Vilela Cunha, Superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Copasa; Ronner Gontijo, Presidente da Associação dos Protetores Usuários e Amigos da Represa Várzea das Flores - Apua -; Mário Guimarães Filho, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Granjas Ouro Branco; Regina Maria de Fátima Camargos, analista ambiental do IEF; Isnard Monteiro Horta, Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Contagem; e Lucileda Silveira Toledo, Secretária Municipal Adjunta de Planejamento de Betim, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e recebe requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja agendada reunião com o Secretário de Estado de Meio Ambiente para discutir o processo de regulamentação da Lei nº 16.197, de 26/6/2006. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente - João Leite.

ATA DA 24ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/9/2006

Às 9h15min, comparece no Centro Empresarial Manhattan, no Município de Poços de Caldas, o Deputado Durval Ângelo, membro da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Rogério Correia e Laudelino Augusto. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é

subscrita pelos parlamentares presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater em audiência pública e averiguar graves denúncias de negligência, inclusive com a ocorrência de óbitos, na realização de partos na Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. José Martins Filho, Defensor Público e Coordenador das Defensorias Públicas de Três Corações, encaminhando para adoção de providências cópia de documentos contendo declarações de presos da penitenciária desse Município; Clarice Bastos Barbosa, Gerente Executiva da Previdência Social em Contagem, encaminhando informações relativas ao pedido de remarcação de perícia médica em favor do Sr. Otacílio Cezário de Freitas, encaminhado por esta Comissão; e Fernando Pereira, José Alves dos Santos e Marcelo dos Santos, detentos, solicitando assistência jurídica, publicados no "Diário do Legislativo" de 1º/9/2006. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Carlos Augusto Camargos da Silva, Delegado Adjunto Titular da Delegacia da Comarca de Poços de Caldas; Marcos Cardinale Calle, Presidente do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente de Poços de Caldas; Regina Maria Cioffi Batagini, Diretora Técnica da Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas; Sebastião Navarro Vieira Filho, Prefeito Municipal de Poços de Caldas; Vereadora Gláucia Costa Boaretto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Poços de Caldas; Eduardo Bustamante Stephan, Promotor de Justiça da Infância e da Adolescência da Comarca de Poços de Caldas, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Presidente apresenta requerimentos e informa que, por falta de quórum, a matéria será apreciada na próxima reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2006.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos - Sebastião Helvécio.

ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 68ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 14/9/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para entrega do Título de Cidadã Honorária do Estado de Minas Gerais à Senhora Maria Lúcia de Brito Rodovalho.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 100, que altera a Lei Complementar nº 33, de 28/6/94, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas e dá outras providências. Esgotado o prazo sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.076, que institui o Dia da Conscientização sobre a Carga Tributária. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.175 que institui a Política de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento da Hipertermia Maligna. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.601/2005, do Governador do Estado, que cria a Superintendência Regional de Ensino na estrutura da Secretaria de Estado de Educação no Município de Unai. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Passa Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 1.986/2004

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Gilberto Abramo, o Projeto de Lei nº 1.986/2004 dispõe sobre a obrigatoriedade de serem afixados, nas delegacias policiais, nas Secretarias de Estado e nos estabelecimentos de ensino público, painéis visíveis ao público contendo informações atinentes aos locais e horários de funcionamento da Defensoria Pública.

Aprovado no 1º turno com a Emenda nº 1, retorna agora o projeto a esta Comissão, para receber parecer de 2º turno, nos termos do art. 189, c/c o art. 102, V, do Regimento Interno.

Segue, anexa, a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

A proposição em epígrafe institui a obrigatoriedade de serem afixados, nas delegacias policiais, nas Secretarias de Estado e nos estabelecimentos de ensino público, painéis visíveis ao público contendo informações atinentes aos locais e horários de funcionamento da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública tem como objetivo garantir o acesso dos cidadãos carentes à Justiça e caracteriza-se como um dos mais importantes instrumentos de efetivação do Estado de Direito. Conforme o art. 134 da nossa Carta Magna, a Defensoria é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV.

Após a edição da Emenda Constitucional nº 45, de dezembro de 2004, ficou garantida às Defensorias Estaduais autonomia financeira, funcional e administrativa, não estando esses órgãos subordinados a nenhum dos poderes do Estado, tendo a prerrogativa de estabelecer sua forma de atuação e outras características advindas da condição de autônoma.

Apesar do amparo judicial estar assegurado às classes menos privilegiadas economicamente, verifica-se que uma grande parcela da população não tem acesso a essa informação e nem ao menos sabe onde está localizada a Defensoria Pública em sua cidade. A medida proposta no projeto em apreço constitui, portanto, mecanismo a ser colocado à disposição da sociedade para a efetivação dos seus direitos.

Ressalte-se que a proposta original sofreu modificação em 1º turno, a fim de se corrigirem algumas impropriedades, não tendo ocorrido, porém, alteração de conteúdo no projeto. Assim, ratificando a posição adotada por esta Comissão no 1º turno, manifestamo-nos

favoravelmente à matéria.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.986/2004, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2006.

Durval Ângelo, Presidente - Roberto Ramos, relator - Sebastião Helvécio.

PROJETO DE LEI Nº 1.986/2004

(Redação do Vencido)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nos locais que menciona, de painéis contendo informações atinentes aos locais e ao horário de funcionamento da Defensoria Pública.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - É obrigatória a afixação, nas delegacias policiais, nas Secretarias de Estado e nos estabelecimentos de ensino público, de painéis visíveis ao público contendo informações atinentes aos locais e ao horário de funcionamento da Defensoria Pública.

Art. 2º - O Poder Executivo terá prazo de sessenta dias para aplicar o disposto no art. 1º desta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/9/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando Alessandro de Menezes Lopes do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas;

exonerando Fabiano Julio de Souza do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 4 horas;

exonerando Luciana Paula Bonfim do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas;

nomeando Adriano Leandro de Araújo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

nomeando Luciana Paula Bonfim para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Otoniel Santos Alves para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 4 horas;

nomeando Ravel Pereira de Araújo Brito para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: De Rosa Siqueira Almeida Barros Barreto e Advogados Associados. Objeto: prestação de serviços de diligências de interesse da Procuradoria-Geral da Assembléia em órgãos públicos federais sediados no Distrito Federal. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 12 meses a partir de 30/9/2006. Dotação orçamentária: 33903900.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de hangaragem e de assistência técnica de aeronave Xingu. Objeto do aditamento: segunda prorrogação contratual e reajustamento de preço. Vigência: 3/9/2006 a 2/9/2007. Dotação orçamentária: 33903900.